

27/11/2019

Orçamento de 2020 é aprovado com seis emendas e prevê R\$ 488 milhões

A Câmara de Louveira aprovou a previsão orçamentária para o próximo ano durante a sessão realizada na noite desta terça-feira, 26, como único projeto da pauta. O orçamento municipal prevê receita de R\$ 488,3 milhões, valor praticamente igual ao de 2019 (redução de 0,3%), e recebeu 11 votos favoráveis e um contrário. Foram apresentadas seis emendas ao projeto do Executivo, sendo que cinco foram aprovadas.

A Prefeitura tem orçamento previsto em R\$ 403,2 milhões, enquanto o Fundo de Previdência terá R\$ 60,5 milhões, a Fundação Municipal de Habitação (Fumhab) terá R\$ 4,3 milhões e a Câmara com R\$ 20,2 milhões, valor 10% menor que o orçamento deste ano. As áreas com maiores previsões são a Educação com R\$ 121 milhões, Saúde com R\$ 88 milhões, Urbanismo com R\$ 50,3 milhões e Saneamento com R\$ 46,5 milhões.

Em relação aos índices obrigatórios, o orçamento está atendendo aos requisitos legais. Na Saúde, a previsão é de investimento na ordem de 19,2% e, na Educação, de 31,9%. Com pessoal, as despesas também estão dentro dos limites legais, de 37,8%, quando o limite prudente é de 51,7%.

Das oito emendas apresentadas, duas foram retiradas pelos autores antes de iniciar a discussão. Das seis emendas, os vereadores aprovaram cinco delas. A primeira emenda foi de autoria do vereador Laércio Neris (PTB), que remanejou R\$ 814 mil para a área de Assistência Social ao Idoso para ampliar a quantidade de vagas para atender os idosos em asilo. A emenda foi aprovada por unanimidade.

Logo depois, foram apresentadas duas emendas do vereador Luiz Rosa (MDB): aumento de R\$ 500 mil destinados à construção de rede coletoras de esgoto e a ampliação também de R\$ 500 mil para desapropriações de terra. As duas foram aprovadas por unanimidade.

O vereador Marquinhos do Leite (PTB) foi autor da única emenda rejeitada por 8 a 4. A emenda pretendia reduzir de 15% para 5% o percentual que autorizava o prefeito a abrir créditos adicionais suplementares sem autorização legislativa.

As outras duas emendas foram para correção de erros de digitação de texto, ambas de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, aprovadas por 12 a 1.

Discussão: durante a discussão do projeto, o vereador Nilson Cruz (PSD) mostrou-se favorável à aprovação do orçamento para que a Prefeitura pudesse concluir as diversas obras que estão pela cidade. Marquinhos do Leite declarou-se contrário e defendeu a redução do percentual para que o prefeito possa remanejar verbas sem aprovação da Câmara. Para ele, 15% é um verdadeiro cheque em branco para o prefeito e que as obras são eleitoreiras. Marquinhos também criticou as falta de fiscalização por parte dos demais vereadores.

Rodrigão pediu a palavra e enfrentou o discurso de Marquinhos, afirmando que não menospreza o trabalho de ninguém, mas que exigia ser respeitado. Ele disse ser um vereador atuante e que fiscaliza as obras na cidade. Para ele, a aproximação do período eleitoral faz com que alguns vereadores tentem impedir obras do Executivo.

Luiz Rosa, por sua vez, destacou que a Prefeitura está realizando diversas obras na cidade e destacou a construção da represa de água e do parque da cidade, assim como as desapropriações para a construção do anel viário.